

PEC ELEITORAL

QUÓRUM BAIXO

Com temor de derrubada do estado de emergência, Lira adia votação da proposta

FERNANDA TRISOTTO, NATÁLIA PORTINARI, JUSSARA SOARES E GERALDA DOCA
 @globoespecial
 BRASIL

O temor de governista da derrubada do "estado de emergência" da proposta de emenda à Constituição (PEC) Eleitoral fez o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adiar ontem a votação do projeto para a próxima terça-feira, de acordo com lideranças do Congresso. A PEC institui um estado de emergência no Brasil até dezembro, para driblar a lei eleitoral, ampliar o Auxílio Brasil (para R\$ 600), dobrar o vale-gás e criar o "Fix Caminhoneiro" de R\$ 1 mil.

Apesar de votar a favor do projeto, a oposição preparava um destaque, uma proposta para alterar o texto, e retirar o "estado de emergência" da PEC. Para derrubar esse destaque e manter a emergência, o governo precisava de 308 votos. Como havia poucos deputados na Câmara, a decisão de Lira foi de adiar a votação, prevista inicialmente para a noite de ontem. Mas a expectativa é contar com quórum necessário para preservar o texto original na próxima terça-feira.

A manobra para garantir a emergência foi para evitar um revés jurídico para Bolsonaro. Por outro lado, a postergação da votação da PEC atrapalha os planos do governo de fazer os pagamentos dos benefícios rapidamente, dada a proximidade da eleição.

O estado de emergência é um dos pontos mais polêmicos da PEC e é criticado por juristas. A legislação eleitoral proíbe a criação e ampliação de benefícios no ano do pleito, a não ser em caso de emergência ou calamidade. Para driblar essa regra, então, o Congresso instituiu a emergência na PEC.

A ideia da emergência é blindar Bolsonaro. Sem essa medida de exceção, ele poderia ser enquadrado na lei eleitoral por abuso de poder econômico e ficar inelegível por oito anos,



Incerteza. Para evitar revés para Bolsonaro, Lira adiou a votação da PEC Eleitoral. Governo queria antecipar pagamento de Auxílio Brasil com valor maior

na opinião de especialistas e até de técnicos do governo. Por isso, foi desenhado o estado de emergência.

A sessão foi encerrada por volta de 19h45, quando havia registro de 427 deputados na Casa. Isso não quer dizer, porém, que esses parlamentares estavam em Brasília e no plenário. Isso acontece porque o painel exibe dados da última votação, ou seja, após esse momento parte dos parlamentares pode ter deixado o local.

LÍDERES 'SEM PRESTÍGIO'

A decisão de Lira de adiar a votação foi tomada após requerimento de encerramento de discussão ser aprovado por 303 votos a 91, indicando baixa presença em plenário. Esse requerimento serviu como parâmetro para Lira e para o governo contabilizar os votos. Como não havia 308 votos,

existia o risco de derrubar o estado de emergência.

Tradicionalmente, há poucos deputados em Brasília às quintas-feiras. Essa situação é mais acentuada no período eleitoral. Logo após deixar a mesa da Presidência, Lira se queixou a aliados que os líderes estavam "sem prestígio" e não conseguiam reunir deputados na sessão.

No plenário, disse que não arriscaria votação de duas PECs — os deputados também analisariam o texto que cria piso nacional de enfermagem.

— Não vou arriscar nem essa PEC, nem a outra, com esse quórum — declarou o presidente da Câmara, ao anunciar que encerraria a sessão e que as propostas seriam analisadas novamente na terça-feira.

No início da sessão, o humor de Lira era outro. Indefiniu questões de ordem, afirmou

que seriam votadas duas PECs e até invertendo a ordem de análise, privilegiando a PEC Eleitoral em detrimento do piso da enfermagem. Chegou a dizer que faria, ao final da sessão, um desafio público para "as oposições de hoje, os governos de amanhã e vice-versa", por causa de menções ao caráter eleitoral da PEC. No final, achou melhor não arriscar nenhuma votação sem presença massiva da base.

O relator, Danilo Forte (União-CE), disse que deputados viajaram para as bases e não daria para atingir quórum:

— Diante de uma segurança maior, acho que o presidente Arthur Lira agiu corretamente.

Nos bastidores, o governo minimiza o adiamento e nega que isso atrapalhe os planos da campanha de Bolsonaro. Assessor de governo

afirmam ainda que três dias úteis não vão ter impacto e dizem que o texto da PEC prevê o pagamento de agosto a dezembro, portanto, ainda há tempo para aprovar a proposta.

TODAS AS FICHAS NA PEC

O governo queria que o projeto fosse aprovado nesta semana para antecipar os pagamentos dos benefícios. Apesar do adiamento da votação, o presidente Bolsonaro já tem usado o pacote de bonidades da PEC em seus discursos para atrair o eleitorado.

O núcleo duro da campanha aposta todas as fichas no pacote para fazer Bolsonaro começar a recuperar a diferença nas pesquisas em relação ao ex-presidente Lula em julho. A medida atingem diretamente a população de baixa renda.

Para deputados da oposição, o adiamento da votação mostra que o engajamento ao governo está baixo, e que, mesmo com manobras para acelerar a tramitação do texto, faltou mobilização do base.

SESSÃO DE 1 MINUTO

O líder da minoria, deputado Alencar Santana (PT-SP), diz que a oposição continuará fazendo seu trabalho de questionar o projeto, mas que faltou articulação do próprio governo:

— Eles transgrediram o regimento na comissão, atrapalharam a sessão hoje cedo e mesmo assim não conseguiram garantir seus deputados. O governo não tem adesão para uma coisa que ele considera central. O governo tem obrigação de colocar seu quórum se quer aprovar. Ele tem a maioria com folga. É ele que não conseguiu hoje.

O governo conseguiu apenas a aprovação na comissão especial. No colegiado, a proposta foi aprovada com 36 votos favoráveis e apenas um contrário, do deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP).

Para tentar garantir a votação e contar prazos regimentais, a Câmara chegou a fazer uma sessão de apenas um minuto. Como a oposição havia pedido vista, ou seja, mais tempo para analisar a proposta, o regimento prevê que esse tempo seja de duas sessões do plenário. Assim, mesmo com a sessão de um minuto, pouco depois das 6h, o prazo foi contado, e a comissão especial pôde analisar o tema ontem.

Os partidos contrários ao governo, por sua vez, conseguiram adiar a votação, mas seguem dizendo que votarão a favor do texto.

— Não iremos dizer não ao aumento de um auxílio que nós já queríamos que fosse maior, mas nós temos que denunciar que é eleitoralista a decisão — disse Alice Portugal (PCdoB-BA).

“Não vou arriscar nem essa PEC, nem a outra, com esse quórum

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

“Diante de uma segurança maior, acho que o presidente Arthur Lira agiu corretamente”

Danilo Forte (União-CE), relator da PEC Eleitoral na Câmara

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 17